

Biblioterapia e a Recepção da Literatura

Miriam Lúcia de Almeida (UEL) - miriam10_almeida@hotmail.com

Sueli Bortolin (UEL) - bortolin@uel.br

Resumo:

A biblioterapia é uma proposta de trabalho multidisciplinar que tem uma relação com o bem estar de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Ela é composta por narrativas ou leituras terapêuticas, que ao serem desenvolvidas, em geral, propiciam a reabilitação emocional dos indivíduos. O bibliotecário precisa perceber que a biblioterapia é um campo de atuação de grande valia que pode auxiliá-lo nas atividades de leitura.

Palavras-chave: *Biblioterapia. 2. Contação de histórias. 3. Recepção da literatura*

Área temática: *Bibliotecas Escolares*

Biblioterapia e a Recepção da Literatura

RESUMO

A biblioterapia é uma proposta de trabalho multidisciplinar que tem uma relação com o bem estar de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Ela é composta por narrativas ou leituras terapêuticas, que ao serem desenvolvidas, em geral, propiciam a reabilitação emocional dos indivíduos. O bibliotecário precisa perceber que a biblioterapia é um campo de atuação de grande valia que pode auxiliá-lo nas atividades de leitura.

Palavras-chave: 1. Biblioterapia. 2. Contação de histórias. 3. Recepção da literatura.

Área Temática V: Bibliotecas Escolares

1 INTRODUÇÃO

Os projetos de leitura no Brasil nesses últimos anos vêm se ampliando consideravelmente, mas os investimentos e ações ainda estão enfraquecidos, acarretando ao cidadão muitas perdas no seu conhecimento.

O baixo índice de acesso à leitura é um dos pontos que agravam a nossa educação que é tão debilitada. O livro com seu preço alto, não possibilita que a maioria das pessoas o compre isso faz com que elas se distanciem da leitura podendo dificultar o desenvolvimento do seu senso crítico, tornando-o incapaz de mudar o contexto ao seu redor e ampliar sua percepção da leitura como um todo, impedindo sua formação como cidadão que conhece seus direitos e deveres.

Para que os alunos comecem a gostar da leitura, os livros a eles destinados têm que cativá-los, para que, além de despertar uma identificação, desperte neles o prazer, o interesse, o gosto por ler obras literárias.

O bibliotecário é o profissional que em projetos de leituras nas bibliotecas, escolas, creches, centros comunitários, hospitais, asilos e presídios, pode ser o mediador da leitura, e assim proporcionar uma melhoria de vida e de bem-estar aos leitores.

Para aplicar a Biblioterapia usam-se como instrumento de mediação as leituras literárias, narrativas e contação como: contos de fábulas e de mistérios, músicas, teatros, fantoches e filmes.

Na Biblioterapia a leitura é uma conversa com o autor, leitor e o narrador de textos, escrito ou falado, fazendo com que o leitor sinta-se emocionalmente motivado às mudanças que façam a diferença na sua vida.

A contação de histórias é uma atividade significativa, quando bem narrada e interpretada, assim suscita no ouvinte, criança, jovem ou adulto, que ele pense sobre o que acontece na história.

Acreditamos que com a Biblioterapia, por meio da contação de história seja possível influenciar positivamente as crianças, em especial, aquelas que passam praticamente o dia todo longe do seu ambiente familiar; nesse grupo incluímos aquelas que estão matriculadas nos primeiros anos da Educação Infantil.

Com esse trabalho esperamos provocar no bibliotecário escolar o interesse em ampliar as pesquisas nessa área. Sabemos que esse profissional possui competência diante de atividades técnicas, e exercer o papel de mediador da informação e o usuário. Atualmente os profissionais de várias áreas têm uma preocupação social, e a Biblioterapia pode ser esse elo entre o bibliotecário e o indivíduo.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Criança: surgimento e desaparecimento de seu conceito

Buscando entender o indivíduo na fase infantil, procuramos a concepção do conceito de criança em diferentes fases da história da humanidade. Apoiados em Philippe Ariès na obra *História Social da Criança e da Família*, observamos que houve muitos avanços no significado de infância, mas isto aconteceu muito lentamente. Na Idade Média a criança era tida como um objeto, um ser que não era considerado capaz de ter seus próprios pensamentos, sentimentos e ações.

Em sua obra Ariès (1981), diz não existir o sentimento de infância no período da Idade Média na França Medieval. E é a partir dos elementos iconográficos que ele faz uma análise dos diferentes sentimentos de infância. Neste período as crianças estão inseridas no mundo dos adultos e participam das mesmas atividades, inclusive orgias, enforcamentos públicos, trabalhos forçados nos campos, sendo alvos de vários tipos de brutalidades pelos adultos, não havendo assim quase nenhuma diferença entre elas e os mais velhos.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI, e durante o século XVII. (ARIÈS, 1981, p. 65).

Na busca da descoberta do que é infância nestes séculos, percebemos toda a trajetória e o significado dessa faixa etária. As famílias tinham costume de retratar as crianças em obras de arte e isso ocorria de diversas formas, algumas tinham o semblante de adultos, mas com o tamanho reduzido. Outras eram pintadas como modelos. Tinham também crianças com outras crianças e em família. Algumas famílias as retratavam em seus quadros mesmo se elas já estivessem mortas.

Em seu livro Ariès (1981) destaca duas teses principais. Primeiramente, afirma que na Idade Média a sociedade tradicional não via diferença entre a criança e o adulto. Posteriormente ele mostra a transformação que a família e a criança tiveram e quando estas passam a ocupar um lugar mais respeitoso na sociedade. O afeto, nesse período, não era exposto entre a família, posteriormente, tornou-se muito evidente a afeição, entre os cônjuges e entre pais e filhos.

Assim a criança passa a ser o centro da família saindo do lugar que lhe era posto em tempos passados. É a partir deste momento que o conceito de infância se confirma pela estima que a família dá a criança quando ela passa dos cuidados das amas para os cuidados dos pais e, em seguida, da escola.

Outro momento típico na descoberta da infância são os trajes que elas usavam. Nesta época, não havia um traje específico para as crianças, a preocupação era mostrar a que classe elas pertenciam. Analisando as roupas que elas usavam, o autor percebeu que não havia diferença entre as delas com as dos adultos. Os trajes só foram se modificando conforme essas crianças eram percebidas como diferentes dos adultos.

A adoção de um traje peculiar à infância, que se tornou geral nas classes altas a partir do fim do século XVI, marca uma data muito importante na formação do sentimento da infância, esse sentimento que constitui as crianças numa sociedade separada dos adultos. (ARIÈS, 1981, p. 77).

É no momento desta mudança que as crianças começaram a ser percebidas como “[...] pessoas que falavam de modo diferente dos adultos, que passavam seus dias de modo diferente, vestiam-se de modo diferente, aprendiam de modo diferente e no fim das contas pensavam de modo diferente” (POSTMAN, 1999, p. 59), e assim, a diferença no trato com os adultos passa a ser grande.

Historicamente o sentimento pela infância, passa a ter dois momentos, no primeiro quando a criança ainda era paparicada pela sua família e no segundo quando a sua formação passa pela educação, bem estar físico e saúde. Assim a infância é percebida como uma fase da vida que exige cuidados específicos da idade. Na Idade Média os fundadores de colégios conseguiram prolongar a infância com suas orientações e disciplinas. No começo não foram feitas distinções a idade, pois essas instituições não eram dirigidas especificamente a educação da infância.

As escolas eram frequentadas por diversas crianças de várias faixas etárias, a idade não era um fator que pudesse dizer a que classe pertencia.

A escolaridade ainda não era tida como necessária e muitos dos jovens preferiam partir para as tropas de guerra, como afirma Ariès (1981, p. 188) “[...] jovens nobres ignoravam o colégio, evitavam a academia e se uniam sem delonga às tropas em campanha”. Como não eram todos que iam para as escolas muitos deles permaneciam livremente com comportamentos de adultos.

Se os meninos eram encaminhados às escolas, as meninas por sua vez, não tinham escolha, eram excluídas. Na infância iniciava-se o preparo para o casamento para a maioria das meninas. Elas não tinham quem lhes ensinassem educação, para elas eram passadas as aprendizagens domésticas. A orientação era feita por suas mães ou outras mulheres; conforme afirma Ariès (1981, p.190) elas “[...] mal sabiam ler e escrever”. Eram ensinadas a estas meninas as virtudes que deviam ter para constituir família.

Vale destacar que a escolarização não foi somente na família burguesa, mas também entre os artesãos e camponeses. Com este ciclo escolar a linguagem da infância passou a se diferenciar da fala dos adultos. As crianças começaram a expressar os seus desejos por meio da escrita e da leitura.

Para que houvesse uma mudança na relação e no tratamento da criança, o adulto, primeiramente, teve que alterar seu pensamento e seu conceito a respeito dela. Nestes séculos houve muitas transformações sociais, com invenções que mudariam o cotidiano dos adultos. Uma das invenções que foi um marco na história foi a prensa tipográfica, quando começou a proliferação dos livros. Com isso os adultos passam a ser leitor e, deixam a oralidade natural e se isolam no seu mundo pessoal.

Podemos afirmar que com o avanço na leitura as crianças formam-se leitores, podendo fazer suas próprias análises dos símbolos. Assim nas escolas é

imposta uma disciplina bastante rigorosa, pais e professores começam a perceber as diferentes expressões destas crianças.

É através desta evolução que surge a infância, a criança deixa de ser um adulto em miniatura e passa a ser indivíduo, tendo seus direitos e deveres. Seus trajés agora são apropriados ao seu tamanho, sendo mais confortáveis.

No entanto, com a revolução tecnológica as crianças começam a obter conhecimentos que só dizia respeito aos adultos. Este novo conhecimento fez com que as crianças intensificassem a própria personalidade. E é com esta mesma revolução que “[...] à infância começou a ser desmontada vagarosa e imperceptivelmente”. (POSTMAN, 1999, p. 82).

No livro *O Desaparecimento da Infância* o autor nos apresenta que a tecnologia fez com que a infância tomasse o seu caminho, mas também fez com que ela desaparecesse. “A percepção de que a linha divisória entre a infância e a idade adulta está se apagando rapidamente é bastante comum entre os que estão atentos e até pressentida pelos desatentos”. (POSTMAN, 1999, p. 12).

No mundo moderno os meios de comunicação funcionam como veículos que trazem rapidamente informações à sociedade. Para a criança as mensagens comunicacionais vêm primeiramente através da televisão que é um canal rápido que pode transformar uma infância, em especial, a TV aberta que tem uma programação voltada prioritariamente aos adultos, sendo muito raro programas com assuntos infantis. Os programas que se denominam infantis são mais parecidos com os de adultos, assim a mídia hoje retrata uma criança como na Idade Média, isto é, pequenos adultos.

Numa sociedade em que a informação é importante e veiculada com rapidez, duas instituições são de muita importância para que o desaparecimento da infância não aconteça: a família e a escola.

A família atualmente vem sofrendo com o desaparecimento da infância, com crianças que vivem um “mundo adulto”, com roupas não apropriadas, tanto meninos quanto meninas começam a trabalhar cedo, sendo modelos, manequins, jogadores de futebol ou vivendo no mundo do computador. Assim a família perde uma conquista da Idade Média - o momento de *paparicação* e “[...] possivelmente como resultado da ampliação da supremacia da mídia, muitos pais e mães perderam a confiança de criar seus filhos porque acreditam que a informação e as aptidões que têm para essa tarefa não são confiáveis.” (POSTMAN, 1999, p. 164).

Em consequência disso, no relacionamento pai-filho, o pai e a mãe sentem-se inseguros e procuram ajuda de profissionais que supostamente podem ensiná-los a relacionar-se com os seus filhos.

A escola é uma instituição que aparentemente não deixará que a infância desapareça. É na escola que podemos ver a diferença entre crianças e adultos, e que estes adultos são os educadores. Postman (1999, p. 166) ressalta que “De uma forma ou de outra, por mais diluído que seja o esforço, a escola permanecerá como a última defesa contra o desaparecimento da infância”.

Escola e família devem fazer uma parceria, na intenção de não permitir a redução do tempo de infância. Certamente crianças que usufruírem dessa parceria terão um futuro mais favorecido, serão adultos com mais perspectivas de vida.

Postman (1999, p. 167) ao final de seu livro faz um alerta: a sociedade “está a caminho de esquecer que as crianças precisam de infância. Aqueles que insistem em lembrar prestam um nobre serviço.”

A sociedade ao reconhecer que as crianças precisam de infância, possivelmente fará que o futuro delas seja promissor. Numa infância vivida com respeito aos seus sentimentos é possível diferenciá-la dos adultos.

O Brasil atualmente possui uma população superior a 190 milhões de habitantes, sendo que aproximadamente 71 milhões (32%) estão entre 0 e 19 anos de idade. Essas crianças, adolescentes e jovens há muito tempo vem sofrendo discriminações na sociedade, tanto racial, social e economicamente.

Essas discriminações são impostas pelas diferentes culturas que existem no Brasil, um país formado por várias etnias ao longo de seus anos de Colônia e República. A característica dessas crianças está ligada ao contexto social e geográfico em que elas vivem.

Crianças vivem de forma diferente, em função de habitar na ribeirinha de rios, ou no mundo rural, na floresta, ou na zona urbana. Somadas a essas, há as infâncias marcadas pelas diferenças de classe, idade, gênero e as particularidades específicas, como o tipo de família ou escola, os equipamentos de lazer e cultura em geral aos quais a criança tem acesso ou, pela forma como organiza politicamente a comunidade de origem, entre tantos outros. (MÜLLER; MAGER; MORELLI, 2011, p. 69).

A partir de meados do século XIX, no Brasil, os juristas começam a pensar em leis para proteger os abandonados, que se passou a denominar – menor. Esses menores, sem assistência familiar, começam a receber atenção das igrejas e

posteriormente do judiciário. São entregues às instituições para que lá sejam reformados, pois, para a sociedade eles eram tidos como “seres tortos”.

Em 1990 entra em vigor uma legislação para as crianças e os adolescentes brasileiros: o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), que lhes garante absoluta prioridade nas políticas públicas.

Merece destaque alguns princípios básicos da filosofia do ECA:

O princípio básico exige um posicionamento claro e determinado a favor dos direitos humanos. Exige a coerência com os valores de justiça, equidade, dignidade, participação - significa a garantia da coautoria - nas decisões das pessoas sobre os rumos de suas vidas. Assim, tanto a violação quanto a observância das garantias dos direitos humanos podem ser encontrados nos espaços públicos ou privados, na família, na escola, dentro de qualquer instituição, ou de qualquer outro espaço que abriga, por algum tipo de vínculo, uma pessoa, um grupo ou uma comunidade. (MÜLLER; MAGER; MORELLI, 2011, p. 86).

Grandes mudanças ocorreram no tratamento com as crianças e adolescentes com a implantação do ECA. Essas crianças não são vistas mais com diferenças entre as classes. Todas são portadoras de direitos, com necessidades de atenção, boa escola, alimentação e atendimento à saúde. Mas infelizmente, nem tudo condiz com a realidade das crianças, muitas delas “[...] estão na escola porque para suas famílias a escola é o caminho tradicional de socialização e formação profissional”. (MÜLLER; MAGER; MORELLI, 2011, p. 95).

São numerosas as dificuldades para o pleno cumprimento do ECA. As obstruções sociais e geográficas, muitas vezes impedem as crianças de usufruírem seus direitos. Há por exemplo a dificuldade de locomoção e, dependendo do local é muito difícil de chegar às instituições que lhes prestam serviços e amparo.

Nas escolas e centros de projetos, os recursos são passados pela Secretaria da Educação do Estado e do Município, mas não correspondem às necessidades para a execução dos programas.

Após 22 anos de vigência, o ECA, é responsável pelas mudanças positivas na conduta dos adultos com as crianças e adolescentes. “Com certeza, estamos diante de um projeto inacabado, mas prenhe de perspectivas auspiciosas para um futuro [...] de convivência social mais justa e aprazível do que a que enfrentamos hoje.” (MÜLLER; MAGER; MORELLI, 2011, p. 95).

Assim está se instalando um novo jeito de convivência digna entre as pessoas. Onde crianças e adolescentes possam conviver com os adultos, tendo respeitados os seus direitos.

2.2 Biblioterapia

A leitura, além de proporcionar momentos de descontração, pode também servir como remédio “para a alma”. Para abordarmos essa temática pesquisamos o método de Biblioterapia.

A técnica é antiga, mas pouco conhecida ainda no Brasil. Essa técnica estimula tanto enfermos, presidiários, idosos e crianças, cada qual em ambientes e situações diferentes, através de leituras de livros, jornais e revistas a estabilizarem suas emoções, frustrações, medos e angústias.

Ouaknin (1996, p. 11-12) ressalta que “A palavra ‘biblioterapia’ é composta de dois termos de origem grega, Biblio e Terapéia, ‘livro’ e ‘terapia’. Deste modo, a ‘biblioterapia’ é a ‘terapia por meio de livros’”. O autor complementa que “[...] biblioterapia é o uso dos materiais de leitura selecionados como auxiliares terapêuticos em medicina e psiquiatria. Também: auxílio na solução de problemas por meio de leitura dirigida”.

A técnica da Biblioterapia pode ser aplicada para fins de diagnósticos, pois um de seus objetivos é encorajar o leitor a encarar a realidade do momento vivido, de forma que este possa conduzir suas ações.

Alves (1982, p. 55) diz que a palavra Biblioterapia é:

[...] recente e derivada de dois termos gregos: *biblion* – livro – e *therapeia* – tratamento. Mas as práticas de leitura associadas ao processo de cura remontam da época dos faraós. No Egito Antigo, Ramsés II já chamava o hábito da leitura de “cura para a alma”. Na Roma Antiga Aulus Cornelius Celsus também utilizou de palavras semelhantes: “Tesouro dos remédios da alma”.

A Biblioterapia, apesar da palavra de origem grega significar (biblio=livro e therapia=tratamento), não utiliza somente livros. Para sua prática, podem ser utilizados material audiovisual, fantoches, músicas, brinquedos, contação de histórias e a leitura.

Ferreira (2003, p. 1) percebe a Biblioterapia como “[...] um processo interativo, resultando em uma integração bem sucedida de valores e ações. O

conceito de leitura empregado neste processo interativo é amplo. E incluem todo tipo de material inclusive os não convencionais”.

Para a Biblioterapia a leitura funciona como um coadjuvante no tratamento de pessoas com alguma dificuldade emocional. Lendo, a pessoa se distancia de momentos vividos com alguma dificuldade, sai um pouco da sua realidade e se transporta ao que está lendo. Para quem está em um hospital, asilo ou creche esse efeito não é diferente. Ao invés de sentimentos de ansiedade, agressividade, angústia, tristeza, medo e outras reações devido à doença ou mesmo ao afastamento de casa, com a Biblioterapia o paciente pode entrar em um ambiente de bem-estar físico, mental e espiritual.

Pereira (1996, p. 37) aponta que: “as primeiras experiências em Biblioterapia foram feitas por médicos americanos no período de 1802 a 1853, que receitavam [...] leituras de livros cuidadosamente selecionados e adaptados às necessidades individuais.”

No ano de 1939, a Biblioterapia foi reconhecida oficialmente como um ramo da Biblioteconomia pela *Division of the American Library Association*, quando esta associação estabeleceu a primeira comissão sobre Biblioterapia. (SEITZ, 2006, p. 22).

No Brasil as primeiras pesquisas aconteceram no século XX, durante a década de 80. De acordo com Seitz (2006) em 1989 surgiu um trabalho a respeito da Biblioterapia para idosos e outro a respeito de sua aplicação para deficientes visuais.

Alves (1982, p. 55) defende a Biblioterapia como “[...] uma forma de tratamento bastante recente, mas eficaz na recuperação de pessoas psicologicamente doentes ou portadoras de problemas”.

Orsini (1982) acredita que outra forma de definir a Biblioterapia é dimensioná-la no universo da leitura:

[...] como uma atividade de lazer. Assim, verifica-se que ela supõe certas propriedades terapêuticas, uma vez que ocorre uma fuga, uma evasão, isto é, a criação de um universo independente da rotina cotidiana. Nessa escapada, há um mergulho em um mundo cheio de aventura, romance, fantasia, etc. Nesse sentido, podemos afirmar que uma das funções da literatura é a de aliviar as tensões da vida diária.

A terapia, por meio da leitura, está sendo utilizada em asilos, hospitais, prisão, escolas, especialmente no tratamento de problemas psicológicos de crianças, jovens, idosos, deficientes físicos e viciados em substâncias ilícitas.

Assim, a leitura é uma ferramenta de auxílio no tratamento das pessoas com dificuldades emocionais, pois faz com que as emoções sejam expressas oralmente ou com reações corporais.

Conforme Caldin (2001), a Biblioterapia se constitui de uma:

[...] atividade interdisciplinar, podendo ser desenvolvida em conjunto com a Biblioteconomia, a Literatura, a Educação, a Medicina, a Psicologia e a Enfermagem. Tal interdisciplinaridade confere-lhe um lugar de destaque no cenário dos estudos culturais. É um lugar estratégico que permite buscar aliados em vários campos e um exercício aberto a críticas, contribuições e parcerias.

Sendo a Biblioterapia um programa de atividades que envolve leituras e outros métodos de reflexões, planejados e conduzidos para um tratamento, pode ser acompanhada por uma orientação médica, e também ser mediada por um bibliotecário e outros profissionais preparados para as finalidades prescritas e propostas pela equipe médica.

Direcionando a Biblioterapia para a infância, Caldin (2001) “[...] apresentou como objetivos básicos da função terapêutica da leitura, proporcionar uma forma de as crianças comunicarem-se, de perderem a timidez, de exporem seus problemas emocionais e quiçá físicos”.

De acordo com Cruz (1995, p. 14) “[...] biblioterapia é um campo de produção científica e de atuação profissional que envolve médicos, psicólogos, educadores, bibliotecários, assistentes sociais, psiquiatras e terapeutas de diversas correntes”.

Pinto (2005) destaca também que: “[...] biblioterapia é uma nova área a ser trabalhada, ou melhor, uma área a ser assumida pela biblioteconomia, pois ‘não se pode pensar a biblioteconomia como uma disciplina estática, mas sim como um campo dinâmico da sociedade’”.

Sendo o curso de Biblioteconomia multidisciplinar, fazer da biblioterapia uma técnica para ser usada na mediação de literatura com os leitores, é uma ajuda de grande valia a todos.

2.3 Recepção da Literatura

Para observar a recepção e os efeitos que a literatura produz e provoca nos leitores: crianças e adultos, abordaremos algumas definições de Estética da Recepção, ditada por alguns autores.

Zilberman em seu livro *Estética da Recepção e História da Literatura* aborda

que:

A entrada da estética da recepção no palco da teoria da literatura é assinada pela conferência ministrada por Jauss na Universidade de Constança, em 13 de abril de 1967 [...]. Desde o título original (“O que é e com que fim se estuda história da literatura”) ao que veio a ter depois (“A história da literatura como provocação da ciência literária”) e passando pelo foco dado ao problema, o Autor parece ter a intenção de polemizar com as concepções vigentes de história da literatura. Investe contra seu ensino e propõe outros caminhos, assumindo uma atitude radical que confere ao texto a marca da ruptura e baliza o começo de uma nova era. (ZILBERMAN, 1989, p. 29).

Nessa época os estudantes se mobilizaram para uma mudança nos currículos, principalmente nas universidades, pois o ensino da história da literatura oferecido a eles era muito clássico e não os estimulavam à leitura.

Zilberman (1989, p. 10) fala que “[...] a estética da recepção apresenta-se como uma teoria em que a investigação muda de foco: do texto enquanto estrutura imutável, ele passa para o leitor, [...]”. Assim a abordagem que a estética da recepção faz, não é no texto que o autor expôs, mas sim o que essa recepção provoca no leitor.

Para a estética da recepção, todo texto é uma obra em potencial, que se realiza através da ação do leitor e dos efeitos que nele provoca. [...] O autor, ao invés de impor uma ótica única ao leitor, deve despertar diferentes pontos de vista e deixar perspectivas em aberto. A tarefa do autor é despertar no leitor o desejo de ler. Já a tarefa do leitor é a de formar a partir do texto uma interpretação original que não é necessariamente aquela formulada pelo autor da obra. (VENTURELLA, 2012).

Para que haja essa interpretação Zilberman considera que existem algumas convenções existentes no comportamento e decisões dos leitores que são na seguinte ordem:

- social, pois o indivíduo ocupa uma posição na hierarquia da sociedade;
- intelectual, porque ele detém uma visão de mundo compatível, na maior parte das vezes, com seu lugar no espectro social, mas que atinge após completar o ciclo de sua educação formal;
- ideológica, corresponde aos valores circulantes no meio, de que se imbuíu e dos quais não consegue fugir;
- lingüística, pois emprega um certo padrão expressivo, mais ou menos coincidente com a norma gramatical privilegiada, o que decorre tanto de sua educação, como do espaço social em que transita;
- literária, proveniente das leituras que fez, de suas preferências e da oferta artística que a tradição, a atualidade e os meios de comunicação, incluindo-se aí a própria escola, lhe concedem. (ZILBERMAN, 1986, p. 103).

Assim o conhecimento, isto é, o acervo de experiências e memória que o leitor tem, pode interferir na recepção da literatura.

Caldin em seu conto *Era uma vez... Sartre X Merleau-Ponty* narra, que o leitor tem a função *imaginante*:

[...] você é, por direito, o regente do Texto Literário. Não há como questionar sua realeza: você é quem cria o sentido para ver uma frase como objeto estético. O Escritor, na verdade, é seu servo: ele trabalha para você. *Pois o objeto literário é um estranho pião, que só existe em movimento. Para fazê-lo surgir é necessário um ato concreto que se chama leitura, ele só dura enquanto essa leitura durar. Fora daí, há apenas traços negros sobre o papel.* Lembre-se: você transcende as palavras, como um ser imaginante, você começa a criar, a dar vida às personagens. [...]. Seja paciente: *ler implica prever, esperar. Prever o fim da frase, a frase seguinte, a outra página; esperar que elas confirmem ou infirmem essas previsões, a leitura se compõe de uma quantidade de hipóteses, de sonhos seguidos de despertar, de esperanças e decepções.* Assim, você tem a função mais bela e mais agradável no reino: a função imaginante! Você pode lançar-se para um futuro desconhecido! (2007, p. 344).

O leitor enriquece sua leitura com o conhecimento que tem de outros textos. Ao pegar um novo conteúdo, sua bagagem de leitura o conduz as novas expectativas de sonhos, e assim aumenta essa bagagem com novos conhecimentos.

Para Fernandes (2009, p. 36) um ponto positivo em relação ao leitor é que ele: “[...] é visto como peça chave do processo de recepção. O diálogo com o texto permite a emancipação e liberação do indivíduo [...].” Pois, como leitor, ele pode se posicionar diante do seu conhecimento de mundo e defender, perante outras pessoas, suas ideias.

[...] o receptor não é neutro no contato com qualquer gênero de texto (impresso, oral, fílmico etc), mas [...] que na recepção oral isso difere um pouco, pois o leitor-narrador não é isento e interfere substancialmente na condução da história, dando mais *cor* em determinados trechos, evidenciando características de um ou de outro personagem e destacando alguns aspectos do texto em detrimento de outros. (BORTOLIN, 2010, p. 159).

Com a recepção dos textos, as crianças tentam entender, do seu ponto de vista, os contos que lhe são contados e passam a apropriar-se deles em suas próprias histórias.

Para que o seu aprendizado faça o leitor um protagonista de suas histórias, ele deve ter um contato com os livros o quanto antes, através de seu manuseio, da

leitura individual ou das histórias contadas por alguém. “É com o auxílio do livro, particularmente do livro infantil, que poderemos influir sobre a vida afectiva e estética da criança, já que o livro infantil ocupa um lugar privilegiado, pois é o ponto de encontro entre duas artes, a da palavra (texto) e a da forma (ilustração) [...]” (MESQUITA, 2012).

Assim a recepção da literatura dá as crianças capacidade de desenvolvimento de pensamento e linguagem, dependendo do grau de intelectualidade e afetivo de cada uma.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação para esse estudo deu-se por ser um campo na área da Biblioteconomia pouco explorado pelos acadêmicos e bibliotecários, e também por proporcionar a eles um direcionamento a novos estudos, que visem aprimorar as atividades socioculturais da profissão e assim atuarem como colaboradores na vida psicossocial e cultural dos leitores; em especial, na escola.

A pesquisa feita com vários autores no decorrer desse estudo nos fez perceber que Biblioterapia é um diálogo entre o texto e o leitor, e esse diálogo pode ser através de: gestos, expressões faciais, risos, aplausos, desenhos e outras manifestações que demonstrem se gostaram ou não do que foi lido, contado ou dramatizado, através das atividades biblioterapêuticas. As várias teses e livros estudados nos mostram que a Biblioterapia é usada em vários ambientes: escolas, creches, asilos, presídios e hospitais, todas elas com bons resultados biblioterapêuticos.

A Biblioterapia pode ser confundida com Contação de Histórias, por também promover a leitura, a exibição de filmes e teatros em grupos, mas o que diferencia as duas atividades são as ações terapêuticas que a Biblioterapia propicia.

Uma atividade biblioterapêutica tem que ser envolvida com muito encanto, deixar o grupo participante na expectativa do que vai acontecer. Eles devem se sentir livre para decidirem se vão ou não participar da atividade.

Por intermédio das atividades biblioterapêuticas os adultos e crianças são estimulados à leitura e a socialização com seus parceiros de atividade e demonstram criatividade permitindo momentos de lazer e descontração no período em que estão fora de seu convívio familiar.

A contação de histórias possibilita à recepção da literatura, e através dessas histórias as crianças podem demonstrar seus sentimentos, permitindo que as ações biblioterapêuticas tragam relaxamento e descontração.

Podemos dizer que a leitura é um meio de envolver a criança em atmosferas diferentes do seu dia a dia, fazendo com que sua imaginação a leve a um caminho que possa transformar seus sentimentos de incertezas.

Ao finalizar acrescentamos que a Biblioterapia e as atividades biblioterapêuticas podem fazer parte da vida profissional do bibliotecário. Auxiliar projetos multidisciplinares com a formação de grupos de leituras para as finalidades terapêuticas é uma função que o bibliotecário engajado com o bem social da comunidade é capaz de exercer. Sabemos que o profissional tem que estar informado sobre as leituras pertinentes a essa atividade e não podemos nos calar, devemos colocar em prática, pois só assim ficaremos seguros ao desenvolver a leitura como atividade terapêutica. Portanto, temos muito estudo ainda pela frente e precisamos mostrar os benefícios que a Biblioterapia produz nas pessoas.

E foi assim... *Entrou por uma porta saiu pela outra quem quiser que conte outra...*

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Hess. A aplicação da biblioterapia no processo de reintegração social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1/2, p. 54-61, jan./jun. 1982.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). UNESP, Marília.

CALDIN, Clarice Fortkamp. **A poética da voz e da letra na literatura infantil**: (leitura de alguns projetos de contar e ler para crianças). 2001. 261 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Era uma vez... Sartre X Merleau-Ponty. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 341-348, jul./dez. 2007.

CRUZ, Maria Aparecida Lopes da. **Biblioterapia de desenvolvimento pessoal**: um programa para adolescentes de periferia. Campinas: PUCAMP, 1995.

FERNANDES, Camila de Souza. **Literatura e identidade: a recepção do texto literário na Penitenciária Estadual de Maringá.** 2009. Disponível em: < <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/csfernandes.pdf> >. Acesso em: 28 out. 2012.

FERREIRA, Danielle Thiago. Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 35-47, jun. 2003.

MESQUITA, Armindo. **A estética da recepção na literatura infantil.** Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Falfarrabio.di.uminho.pt%2Fvercial%2Finfantil%2Farmindo1.rtf&ei=cEOWULSHPI7o8QTv04CIAw&usq=AFQjCNHOIspz2PafTDMg3_J9vFcKth2KsA&sig2=QJfWN085AX9h8U45EVjBKg>. Acesso em: 23 jun. 2012.

MÜLLER, Verônica Regina; MAGER, Miryam; MORELLI, Ailton José. Crianças do Brasil: percursos históricos para a conquista de direitos. In: MÜLLER, Verônica Regina. **Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos.** Maringá: EDUEM 2011.

ORSINI, Maria Stella. O uso da literatura para fins terapêuticos: biblioterapia. **Comunicação e Artes**, São Paulo, n. 11, p. 139-149, 1982.

OUAKNIN, Marc-Alain. **Biblioterapia.** São Paulo: Loyola, 1996.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. **Biblioterapia.** João Pessoa: UFPB, 1996.

PINTO, Virginia Bentes. A biblioterapia como campo de atuação para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v.17, n.1, p. 31-43, jan./abr. 2005.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SEITZ, Eva Maria. **Biblioterapia: uma experiência com pacientes internados em clínica médica.** Florianópolis: Habitus, 2006.

VENTURELLA, Valéria Moura. **A estética e o poder formativo da recepção.** Disponível em: < http://pt.scribd.com/doc/27064571/A-Estetica-e-o-Poder-Formativo-da-Recepcao#outer_page_1>. Acesso em: 3 nov. 2012.

ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil: livro, leitura, leitor. In: _____. **A produção cultural para a criança.** 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. **Estética da recepção e história da literatura.** São Paulo: Ática, 1989.